

ARTIGO

**ENTRE A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO E A ANÁLISE DA  
NARRATIVA: GÊNERO E DESIGUALDADES SOCIAIS<sup>1</sup>**

*(Between Critical Discourse Analysis and Narrative Analysis: Gender and Social  
Inequalities)*

Fábio Fernando Lima <sup>2</sup>  
(PUC-Rio)

Liliana Cabral Bastos <sup>3</sup>  
(PUC-Rio)

Recebido em: agosto de 2019  
Aceito em: junho de 2020  
DOI: 10.26512/les.v21i2.26581

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

<sup>2</sup> Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado pela mesma universidade. Atualmente, é bolsista de pós-doutorado pelo PNPd/Capes e professor colaborador junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL) da PUC-Rio. É membro do GRPESq Narrativa e Interação Social - NAVIS. Atua nas áreas de Análise Crítica do Discurso e Análise da Narrativa. No presente, seus tópicos de interesse são gênero, identidade e exclusão social.

<sup>3</sup> Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), com estágio na Universidade de Georgetown, Washington DC e pós-doutorado na Universidade de Harvard. É professora associada da PUC-Rio, com atuação no PPGEL e coordenadora do GRPESq Narrativa e Interação Social - NAVIS. Atua nas áreas de Linguística Aplicada, Sociolinguística e Análise do Discurso, com pesquisa em análise da narrativa e da interação social. No presente, seus tópicos de interesse são identidade, gênero, exclusão e violência em diversos espaços da vida social contemporânea.

## RESUMO

*Este artigo apresenta uma análise e descrição de questões atinentes à construção das identidades sociais e suas intersecções com relações de poder e hegemonia em entrevistas colhidas com mulheres pobres, negras, com baixa escolaridade e residentes em áreas periféricas. Para a operacionalização da análise, propomos estabelecer pontos de contato teórico-metodológicos entre a Análise Crítica do Discurso e a Análise da Narrativa. Os resultados tanto ressaltaram que a “avaliação” pode se constituir no principal viés a alinhar ambas as vertentes teóricas quanto apontaram para um profundo imbricamento entre os atravessamentos gênero e classe social, ratificando a posição adotada pelas teorias interseccionais de gênero.*

**Palavras-Chave:** Análise Crítica do Discurso. Análise da Narrativa. Identidades. Avaliação. Gênero.

## ABSTRACT

*This article presents an analysis and description of issues related to the construction of social identities and their intersections with power relations and hegemony in interviews with poor, black, low-educated women living in peripheral areas. For the operationalization of the analysis, we propose to establish theoretical-methodological contact points between Critical Discourse Analysis and Narrative Analysis. The results both emphasized that the "evaluation" may constitute the main bias to align both theoretical aspects and pointed to a deep intertwining between the gender and social class intersections, confirming the need pointed out by the intersectional theories of gender.*

**Keywords:** Critical Discourse Analysis. Narrative Analysis. Identities. Evaluation. Hegemony. Gender.

## RESUMEN

*Este artículo presenta un análisis y descripción de temas relacionados con la construcción de identidades sociales y sus intersecciones con las relaciones de poder y la hegemonía en entrevistas con mujeres pobres, negras y con bajo nivel educativo que viven en áreas periféricas. Para la operacionalización del análisis, proponemos establecer puntos de contacto teórico-metodológicos entre el análisis crítico del discurso y el análisis narrativo. Los resultados enfatizaron que la "evaluación" puede constituir el sesgo principal para alinear ambos aspectos teóricos y apuntó a una profunda interrelación entre las intersecciones de género y clase social, ratificando la posición tomada por las teorías de género interseccionales.*

**Palabras clave:** Análisis crítico del discurso. Análisis narrativo. Identidades. Evaluación. Hegemonía. Género.

## INTRODUÇÃO

Ao selecionarmos, como material para a análise desta pesquisa, aspectos atinentes à construção das identidades sociais e relações de poder e hegemonia em narrativas de histórias de vida advindas de entrevistas colhidas em Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) com mulheres negras, pobres, em condições precárias de inserção no mercado de trabalho, com baixa escolaridade e residentes em áreas periféricas, atendidas por programas socioassistenciais, temos que tratar, inevitavelmente, de atravessamentos que envolvem questões de gênero e classe social. Nesse sentido, destacamos desde já que nos ancoramos na posição assumida pelas teorias interseccionais de gênero (cf. COLLINS; BILGE, 2016; FREITAS, 2002), caracterizadas por considerar que o sujeito social é constituído sócio-histórica e discursivamente a partir da integração entre gênero, classe social, raça, nível de escolaridade, etc.

Sob essa ótica as narrativas relacionadas às trajetórias de vida – tais quais propomos investigar neste artigo – também podem ser entendidas como elaborações produtoras de gêneros e de aspectos atinentes à classe social, à medida que atualizam esses sistemas gerais vigentes na sociedade, articulando, certamente, estrutura e prática social. Mediante a análise dessas narrativas, procuramos estabelecer articulações com o contexto macro-contextual ou sócio-histórico, observando, por exemplo, como os estereótipos são aceitos ou rejeitados pelas narradoras e como são construídos, para fins de performance, os traços atinentes ao gênero e classe social. Também cabe observar quais recorrências, evitações ou resistências estão presentes, e como as identidades localmente instituídas relacionam-se com discursos especializados ou de senso-comum que circulam na sociedade, materializados pela manifestação de ideologias e consensos hegemônicos.

Esta tarefa primeira conduz este trabalho a um segundo objetivo geral, agora de cunho teórico e metodológico. Trata-se de se estabelecer uma associação entre a Análise da Narrativa e a Análise Crítica do Discurso (doravante ACD), e aplicar a proposta daí decorrente à abordagem de entrevistas em questão.

Na verdade, esse exercício de aproximação segue pistas importantes, deixadas na constituição teórica de ambas as vertentes, as quais tomamos por embasamento. Segundo Bastos e Biar (2015), a Análise da Narrativa inscreve-se no contexto do compromisso social e político que ecoa na proposta programática para a Linguística Aplicada contemporânea (cf. MOITA LOPES, 2001, 2003, 2006), debruçada sobre a linguagem e sua relação com a vida social.

Ao defender que o significado é construído na alteridade, “co-construído pela ação em conjunto de participantes discursivos em práticas discursivas, situadas na história, na cultura e na instituição” – ideia central do socioconstrucionismo propriamente dito – o que “ressalta as contingências culturais, históricas e institucionais que atuam sobre a ação discursiva”, Moita Lopes (2001, p. 58) assume explicitamente a posição estabelecida, no âmbito da ACD, por Fairclough (1992, p. 3), especificamente aquela responsável por defender que “os discursos não somente refletem ou representam as entidades e relações sociais, eles as constroem ou as constituem”. É nesse sentido que o autor afirma que a concepção discurso que tem orientado seu trabalho “ênfatiza sua natureza social”, “à luz de vários pesquisadores como Fairclough” (MOITA LOPES, 2001, p. 57).

Entendendo que o discurso é constitutivo da vida social, a compreensão do discurso como co-construção social implica apreendê-lo enquanto ação através da qual os participantes discursivos se constroem, constroem os outros e, portanto, constituem o mundo social. Estudar o discurso nessa perspectiva é examinar seus efeitos sociais nas práticas discursivas em que agem os interlocutores, o que envolve entender como cada interactante constrói a sua identidade social e/ou a dos seus interlocutores.

Para Bastos e Biar (2015, p. 102), o projeto construcionista “conceberia a ideia de validade de acordo com um compromisso ético: as interpretações válidas são aquelas que se comprometem com a desconstrução de práticas sociais injustas e com a transformação destas (a partir de uma visão aplicada de ciência)”.

Nesse contexto, as pesquisas nessa área fazem parte de um projeto epistemológico interdisciplinar, e a Análise de Narrativa configurar-se-ia como uma proposta útil a esse projeto, na medida em que

(i) promove diálogo entre múltiplas áreas do saber; (ii) se debruça sobre a fala dos mais diversos atores sociais, nos mais diversos contextos; (iii) reverbera entendimento do discurso narrativo como prática social constitutiva da realidade; (iv) nega a possibilidade de se delinear as identidades estereotipadamente, como instituições pré-formadas, atentando para os modos como os atores sociais se constroem para fins locais de performance [...] e (v) avança no entendimento sobre os modos como as práticas narrativas orientam, nos níveis situados de interação, os processos de resistência e reformulação identitária (BASTOS; BIAR, 2015, p. 102-103).

De acordo com as autoras, essa descrição, que se dá em nível microanalítico, sobre as relações observáveis entre narradores e ouvintes, pode gerar extrapolações sócio-políticas sobre, por exemplo, como se constroem, interacionalmente, as relações de poder entre os participantes.

Ora, a ACD apresenta-se, justamente, como um campo de investigação fundamentalmente interessado em propor uma teoria e um método para descrever, interpretar e explicar as relações estruturais, transparentes ou veladas, de poder e controle manifestos na linguagem (cf. WODAK, 2004). Assume-se, assim, como ponto central, a análise das maneiras pelas quais “o discurso contribui para a reprodução da desigualdade e da injustiça social, determinando quem tem acesso a estruturas discursivas e de comunicação aceitáveis e legitimadas pela sociedade” (VAN DIJK, 1994, p. 4-5).

## **1. ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO, AVALIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DAS IDENTIDADES**

Na proposta apresentada por Fairclough (1992, 2001a, 2003) para a ACD o “discurso” é concebido, por um lado, de forma muito semelhante àquela adotada pelos estudos socioconstrucionistas em geral e pela Análise da Narrativa em particular, como “um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros”. No entanto, na proposta de análise crítica propriamente dita, reforça-se o fato de haver “uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como efeito da primeira” (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 91).

Na verdade, o modelo desenvolvido pelo autor apresenta-se sob uma forma de análise tridimensional, caracterizada por apontar, para cada evento discursivo, três dimensões: uma dimensão do evento discursivo enquanto *texto* falado ou escrito, uma instância de *prática discursiva*, envolvendo a produção e a interpretação do texto e, por fim, o aspecto de *prática social*, envolvendo relações de ideologia e hegemonia.

Ao conceber o discurso enquanto prática social contextualizada em uma estrutura social ampla, Fairclough (2001a, 2003) evoca uma perspectiva funcionalista da linguagem, na medida em que postula que a língua possui funções externas ao sistema e que essas funções são as responsáveis pela organização interna do sistema linguístico. Dessa maneira, no que tange à orientação linguística de sua teoria – o discurso enquanto “texto” faz uso da Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday (1985).

No modelo para a ACD apresentado em 2003, Fairclough apresenta um conjunto articulado de três significados. Para este trabalho, em particular, importa tratar da constituição dos significados acionais, que focalizam o texto como modo de (inter)ação em eventos sociais, com a ação legitimando/questionando relações sociais, e dos significados identificacionais, atinentes à construção e à negociação de identidades no discurso. Os significados identificacionais e acionais estão associados à metafunção interpessoal de Halliday (1985), e sua abordagem permite ao analista observar as maneiras pelas quais o enunciador, inserido em um determinado contexto sociocognitivo, tanto atribui determinadas identidades sociais aos atores designados em seu texto (inclusive a ele mesmo, no caso das narrativas de história de vida) quanto expressa seus posicionamentos e julgamentos. É por meio desses significados que são instanciadas as relações pessoais e sociais dos participantes dos eventos discursivos, tanto no aspecto de sua configuração identitária como da sua relação com os outros atores sociais envolvidos no processo.

Nesse sentido, faz-se importante acrescentarmos que os estudos englobados pela ACD valem-se das contribuições advindas de outros estudiosos que têm trabalhado, de perto, com a proposta Halliday (1985), os quais não apenas aplicaram essa teoria, mas também a complementaram. Para a pesquisa que aqui delineamos, levaremos em conta a proposta de análise apresentada por Martin e White (2005), denominada “Teoria da Avaliatividade”. Essa proposta se caracteriza por sintetizar os estudos mencionados e propor uma categorização ainda mais abrangente dos mecanismos linguísticos acionados para o estabelecimento das relações interpessoais.

Partindo das concepções apresentadas por Fairclough no decorrer de todas as atualizações de seu modelo, Martin e White (2005) se voltam para a constituição de categorias sócio-semióticas relacionadas à construção da intimidade, distância, envolvimento, identidade e autoridade discursivas, realizadas, linguisticamente, por meio de recursos avaliativos. Segundo os autores, a

“atitude”, o “engajamento” e a “gradação” podem ser concebidos como fenômenos linguísticos que atualizam posicionamentos intersubjetivos dos atores sociais em interação.

De acordo com esse ponto de vista, a “atitude” abrange significados graduáveis por meio dos quais o falante/escritor avalia entidades, estados de coisas e acontecimentos negativa ou positivamente. É subdividida em “afeto” (reações afetivas diante de uma situação ou comportamento específico), “julgamento” (avaliações acerca da capacidade, normalidade, tenacidade, propriedade e veracidade dos comportamentos ou atitudes humanas e/ou institucionais) e “apreciação” (avaliações de caráter estético ou valor social acerca de elementos concretos da realidade, incidindo sobre fenômenos semióticos ou naturais, de acordo com os valores de um determinado campo. Nesse sentido, envolve critérios e parâmetros, diferentemente das regras, leis e regulamentos que governam os julgamentos).

A “gradação” está relacionada ao modo pelo qual os falantes/escritores maximizam ou minimizam a força de suas asserções, tornando nítidas ou ofuscadas as categorizações semânticas com as quais operam. O “engajamento”, por fim, constitui-se no componente por meio do qual o autor se posiciona em relação a seu enunciado e aos enunciados potenciais de outros atores sociais envolvidos na interação. Por meio dessa categoria, busca-se descrever em que medida enunciadores avaliam as afirmações anteriores, qual o peso dessas afirmações em suas formulações e de que modo eles se engajam em relação a tais enunciados (em oposição, concordância, etc.).

Por fim, cumpre destacarmos que fizemos referência, no que tange ao modelo de análise tridimensional, a uma instância enquanto prática social para cada evento discursivo, que ao lado da constituição enquanto texto falado ou escrito e prática discursiva completa o quadro de análise. Com relação a esse propósito, faz-se importante destacar que Fairclough (2001a) apresenta a centralidade de sua concepção de discurso como prática social, distinguindo-a da dimensão da prática discursiva propriamente dita.

Minha formulação da análise na dimensão da prática social está centrada nos conceitos de ideologia e essencialmente de hegemonia, no sentido de um modo de dominação que se baseia em alianças, na incorporação de grupos subordinados e na geração de consentimento. As hegemônias em organizações e instituições particulares, e no nível societário, são produzidas, reproduzidas, contestadas e transformadas no discurso. Além disso, pode ser considerada a estruturação de práticas discursivas em modos particulares nas ordens do discurso, nas quais se naturaliza e ganha ampla aceitação, como uma forma de hegemonia (especificamente cultural). É a combinação dos conceitos de intertextualidade e hegemonia que torna a teoria [...] útil para investigar a mudança discursiva em relação à mudança social e cultural (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 29).

Pelo que se pode observar no trecho em destaque, os conceitos de “ideologia”, “dominação” e “hegemonia”, adquirem um estatuto especial na Teoria Social do Discurso elaborada pelo autor. Na verdade, Fairclough situa o conceito de discurso em relação à ideologia e ao poder partindo de uma concepção de poder enquanto hegemonia e de evolução das relações de poder como luta hegemônica. Define as ideologias como “significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção ou a transformação das relações de dominação” (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 117). Quando se tornam naturalizadas e atingem o *status* de “senso comum”, as ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes para a manutenção de relações de dominação.

No quadro transdisciplinar da teoria crítica, podemos afirmar que essa concepção de ideologia está fortemente assentada nos trabalhos acerca do assunto empreendidos por Thompson (1995): em Fairclough (2001b, p. 37), por exemplo, há a remissão direta à obra do autor (“*sobre ideologia, ver Thompson (1995)*”). Em verdade, filiando-se às concepções críticas de ideologia, Thompson tem buscado elaborar uma acepção aplicável à análise do uso das formas simbólicas na sociedade moderna, entendendo, por formas simbólicas, “espectros de ações e falas, imagens e textos produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles como significativos” (p. 79). De acordo com o autor

o conceito de ideologia pode ser usado para se referir às maneiras como o sentido (significado) serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que são sistematicamente assimétricas – que eu chamarei de “relações de dominação”. Ideologia, falando de uma maneira mais ampla, é sentido a serviço do poder (THOMPSON, 1995, p. 15-16).

Dessa maneira, o autor considera ideológicas somente as formas simbólicas que, em determinados contextos, estabelecem e/ou sustentam relações de dominação – sempre “a serviço das pessoas e grupos dominantes” – o que “delimita o fenômeno da ideologia, dando-lhe especificidade e distinguindo-o da circulação das formas simbólicas em geral” (THOMPSON, 1995, p. 90-91).

## **2. ANÁLISE DA NARRATIVA E A QUESTÃO DA CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES**

Na área da Sociolinguística, as primeiras pesquisas sobre narrativa foram elaboradas por Labov e Waletzky (1967) e Labov (1972), assentadas em uma concepção de narrativa enquanto um método de se recapitular experiências passadas. Nas palavras de Labov (1972), “a narrativa será considerada [...] uma técnica para construir unidades narrativas que correspondem à sequência temporal daquela experiência” (p. 37).

De acordo com Biar (2012, p. 116)

o modelo canônico que daí se depreende objetiva descrever os aspectos dessa ordenação, que se dá em termos sintáticos, isto é, em função da linearidade da fala [...], concatenando-se orações no passado de modo que a história, como um espaço de referência, remeta à sequência de eventos cronológicos que ocorreram no passado.

Labov (1972) apresenta uma proposta de estruturação de narrativas bem formadas, composta basicamente pelos seguintes itens: 1) “sumário”: resumo inicial, com introdução do assunto e da razão por que a história é contada; 2) “orientação”: identificação de personagens, tempo, lugar e atividades narradas; 3) “ação complicadora”: sequenciação temporal de orações narrativas, em que o narrador efetivamente conta o que aconteceu (de acordo com Labov (1972), se ao menos duas orações no passado estiverem sequencializadas, remetendo a um passado temporal, se está diante de uma narrativa); 4) “avaliação”: explicitação da postura do narrador em relação à narrativa, bem como da razão de ser da narrativa; 5) “resultado”: desfecho da narrativa, em que o narrador revela o que “finalmente aconteceu” (LABOV, 1972, p. 370); 6) “coda”: encerramento do relato com uma síntese, avaliação dos efeitos da história ou retomada do tempo presente.

Embora esse modelo dito “canônico” continue a influenciar muitas pesquisas na área, as propostas atuais, ditas “não canônicas”, vêm apontando críticas e revisões ao modelo laboviano. Conforme afirma Biar (2012, p. 118),

quanto aos aspectos formais, a crítica mais recorrente se dá em relação à forma como gêneros menos prototípicos de narrativas são negligenciados no modelo laboviano. Motivações e contextos interacionais diferentes daqueles investigados por Labov (que coleta seus dados basicamente a partir de entrevistas) geram formas narrativas diferentes das canônicas. Nesse sentido, relatos de ações habituais – narrativas baseadas em ações repetidas sem mudança para uma ação complicadora – e histórias hipotéticas – que não aconteceram ou que estão projetadas para o futuro, além de outros tipos de “small stories” [...] têm sido cada vez mais incluídos no escopo dos estudos da área. Outra crítica comum aos estudos de Labov, relacionada aos desenvolvimentos atuais dos estudos de linguagem e sua relação com a constituição das identidades sociais, é o fato de estes tratarem narrativas de forma descontextualizada, de maneira a não oferecer subsídios para se pensar o papel das narrativas nas práticas cotidianas de se contar histórias e nos processos de construção de sentido que daí se depreendem.

Considerando-se os objetivos que norteiam este trabalho, utilizamos alguns elementos da proposta laboviana para a identificação formal de aspectos da narrativa, mas foi especialmente útil a proposta dita “não-canônica” apresentada por Linde (1993), voltada para análise de narrativas de histórias de vida e experiências pessoais coletadas em entrevistas – de modo análogo ao material a ser analisado neste artigo.

De uma maneira bastante geral, podemos dizer que Linde (1993) busca demonstrar de que maneira as estruturas narrativas, entendidas enquanto encaminhamentos sociais e discursivos, atuam

na construção das identidades. Isso porque, de acordo com o ponto de vista da autora, ao elaborar suas histórias de vida, os enunciadore buscam apresentar-se e marcar sua existência a partir de critérios de propriedade e aceitação cultural, os quais estão estabelecidos socialmente: os fatos são organizados em sintonia com as crenças que circulam na sociedade. Nesse contexto, as identidades sociais se deixam transparecer nas histórias de vida porque, a partir delas, constroem-se os sentidos de adesão que os enunciadore reivindicam para si mesmos.

Em um âmbito maior, coloca-se a pertinência da Análise da Narrativa para a abordagem de questões atinentes à construção identitária e interação social, questões estas que têm sido entendidas, contemporaneamente, como centrais em estudos como os de Mishler (2002), Riessman (2008), Bastos (2005), Bastos e Biar (2015), dentre outros. Nesse sentido, propomos agregar a esses estudos o instrumental de análise que trata da constituição dos significados “identificacional” e “acional”, associados à “metafunção interpessoal” na proposta de Fairclough (2003), atinentes à construção e à negociação de identidades no discurso.

Segundo Fairclough (2001b), a função de identidade é preponderante porque os modos de construção e categorização de identidades em uma dada sociedade dizem respeito a seu funcionamento no que concerne às relações de poder, à reprodução e à mudança social, à medida que legitima/questiona relações sociais. E, conforme bem lembra Bastos (2005), ao se referir à Análise da Narrativa, as escolhas que fazemos ao nos introduzirmos como personagens em certos cenários, em meio a outros personagens e ações, se dão em função do modo como nos posicionamos em relação a esses elementos e nos afiliamos a certas categorias sociais, mesmo que contingencialmente, sendo parte de um processo de apresentação e interpretação de pelo menos algumas dimensões de quem somos: “ao contar estórias, situamos os outros e a nós mesmos numa rede de relações sociais, crenças, valores, ou seja, ao contar estórias, estamos construindo identidades” (p. 81).

Com base na articulação com os estudos identitários, conforme lembram Bastos e Biar (2015), é possível ao pesquisador interessado na análise de narrativas observar como narradores e personagens narrados são discursivamente construídos através do uso de noções como posicionamento, agência, alinhamentos, entre outras, construtos da Sociolinguística Interacional (cf. RIBEIRO; GARCEZ, 2002). A partir delas, pode-se elaborar articulações com o contexto macro-contextual ou sócio-histórico. Afinal, conforme afirma Bastos (2005, p. 80), sobre a Análise da Narrativa

padrões sociais relativos a identidades nacionais, gênero, idade, profissão, religião, classe social também informam a produção e a interpretação de narrativas, o que, por sua vez, vai atuar na manutenção desses mesmos padrões. Por outro lado, a cada performance, o narrador necessariamente transforma a estória em função das especificidades da situação, o que traz também a possibilidade da interferência na

estrutura social normativa. O interesse por essas questões vem aumentando nos últimos anos, grande parte em função das lutas das minorias sociais. (BASTOS, 2005, p. 80)

Considerando a importância da avaliação para o modelo laboviano e para os modelos não-canônicos em geral, podemos afirmar que a associação com a análise dos recursos avaliativos próprios à “Teoria da Avaliatividade”, conforme proposto por Nóbrega (2009) – e por conseguinte, às funções acional e identificacional de Fairclough (2003) – certamente poderá se traduzir em um ganho para o instrumental teórico-analítico.

Para Bastos (2005), é por meio da “avaliação” que o enunciador encontra espaço para comentar aspectos do que foi narrado, deixando entrever suas crenças, valores, afiliações, posicionamentos na hierarquia social e qualificações. Por isso mesmo, Biar (2012) afirma que a avaliação configura-se, então, “como o aspecto mais fundamental para a construção de identidade” (p. 117).

Para Linde (1997), a avaliação é justamente o momento da narrativa em que emergem pistas sobre as maneiras pelas quais as narrativas devem ser compreendidas e quais valores morais estão atribuídos aos personagens e eventos narrados. Nesse sentido, de uma maneira mais aberta que aquela observada no modelo canônico de Labov (1972) e Labov e Waletzky (1967), a autora entende por “avaliação” “qualquer instanciamento produzida pelo falante que tenha sentido social ou indique o valor de uma pessoa, coisa, evento ou relacionamento” (LINDE, 1997, p. 152). Amplia-se, portanto, a associação entre avaliação e dimensão moral da narrativa.

Na verdade, nesse processo de ampliação do modelo laboviano, Linde (1997) afirma que uma das dimensões avaliativas e estruturantes da narrativa faz “referência às normas sociais”, em função do fato de elas conterem, inevitavelmente, comentários morais, avaliações sobre quais comportamentos são adequados ou não e julgamentos normativos sobre os atores sociais das histórias narradas. Para Linde (1997, p. 153), “uma avaliação desse tipo compõe o coração da narrativa; a narrativa oral visa muito mais a alcançar um acordo sobre significados morais em diversas ações do que um simples reportar dessas mesmas ações”.

Profundamente semelhante, portanto, à posição assumida pela “Teoria da Avaliatividade” (cf. MARTIN; WHITE, 2005), é esse conceito de “avaliação narrativa” que adotamos no presente trabalho.

### **3. DISCURSO E A INTERSECCIONALIDADE ENTRE GÊNERO E CLASSE SOCIAL**

Os estudos contemporâneos, como os de Freitas (2002) e Collins e Bilge (2016), têm diferenciado sexualidade (dimensão biológica do ser humano) de gênero (construto social),

sustentando que “os comportamentos, sentimentos, desejos e emoções, vistos como parte de uma essência masculina ou feminina, são produtos de um determinado contexto histórico e/ou geográfico” (FREITAS, 2002, p.30), e não propriamente fruto de uma “natureza” masculina ou feminina. Dessa forma, “gênero” se relaciona “às disposições morais socialmente atribuídas em contextos culturais específicos, não redutíveis à base biológica fornecida pelo sexo” (p. 31).

De uma maneira mais particular, o “gênero” apresenta a propriedade de permear as demais categorizações de identidade social do sujeito. De acordo com Freitas (2002, p. 33), o “gênero”

significa uma categoria social de apreensão do mundo real e, assim como tempo e espaço, funciona como um princípio classificatório capaz de conferir significado ao sensível. Assim sendo, trespassa outros níveis da identidade: etnia, classe, religião, faixa etária etc.; desta feita, as propostas de investigação científica que giram em torno do gênero representam um desafio, por proporem uma incursão nos interstícios da masculinidade com outras variáveis socioculturais.

Cumpramos acrescentarmos que qualquer discussão sobre a questão de gênero envolve, invariavelmente, o fato de o masculino estar mais imbuído do valor social positivo, havendo uma espécie de hegemonia em torno dos seus atributos. Conforme aponta Freitas (2002), essa “masculinidade hegemônica”

aponta para valores e conjuntos de significados que ordenam a apreensão do mundo segundo uma lógica de divisão e distribuição desigual de poder entre os gêneros. A masculinidade hegemônica subentende outras masculinidades submetidas a ela numa relação de subordinação, sendo esta assimetria consensualmente vivenciada pelos sujeitos sociais, onde os dominados (estas outras maneiras de ser masculino e todos os 'femininos') participam de sua própria dominação, na medida em que defendem (verbal e comportamentalmente) a legitimidade de apenas uma masculinidade. Assim sendo, esta masculinidade hegemônica reproduz para o interior da 'masculinidade' (conceito generalizante) as relações hierárquicas de dominação que estruturam a ideia de gênero na interação entre masculinidade/s dominante/s e feminilidade/s subalterna/s. Há, deste modo, masculinidades múltiplas [...].

Na verdade, a masculinidade hegemônica exerce, sobre homens e mulheres, “um efeito controlador” (ALMEIDA, 1995, p. 163). Ademais, conforme aponta Kimmel (1998), considerando que tanto a masculinidade hegemônica quanto a feminilidade ideal produzidas pela sociedade patriarcal são imperceptíveis aos atores sociais, vêm ocorrendo, contemporaneamente, algumas transformações nas experiências e visões de mundo consideradas específicas de homens e mulheres.

No caso do material analisado por esta pesquisa, observamos, por exemplo, que papéis considerados exclusivamente masculinos – como “provedor” e “chefe de família” – estão sendo confrontados por outros atributos como “mulher forte”, “corajosa”, “empreendedora”.

São exatamente essas representações que podemos observar em (1) e (2), extraídos de uma entrevista com uma mulher negra, de trinta e sete anos, residente em área periférica e beneficiária de programa sócioassistencial (no caso, o “Bolsa Família”)<sup>4</sup>:

(1)

001	Fábio	Bom Laís é:: eu quero que você conta a tua história ↑QUEM É A LAÍS quem é a <u>Laís</u>
002		como foi tua <u>vida</u> ? me conta
003	Laís	a:: a minha vida não foi nada <u>fácil</u> né? eu tenho três <u>filhos</u> sempre <u>batalhei</u> sempre sempre
004		criei os três <u>SOZINHA</u> né? . pago <u>aluguel energia</u>
005	Fábio	e a infância?
006	Laís	também não foi nada fácil eu vim de uma infância <u>muito</u> pobre eu morava no Paraná
007		<u>Cascavel</u> já morei na <u>favela</u> já catei <u>papelão</u>
008	Fábio	you morou na favela onde?
009	Laís	em Cascavel <u>Paraná</u>
010	Fábio	<nossa>
011	Laís	já morei meu filho ↑HOJE AQUI EU SOU RICA eu me sinto uma MILIONÁRIA hoje
012		you sabia? eu me sinto uma <u>milionária</u> hoje eu vejo em Rio <u>Preto</u> aquele povo lá catando
013		<u>latinha</u> aqueles carrinhos de <u>papelão</u> eu juro por Deus eu cheguei <u>chorar</u> de ver aquilo
014		porque eu lembro de ↓tudo isso da minha infância
015	Fábio	na tua infância [you fazia isso ]
016	Laís	[na minha infância]
017	Fábio	e dava pra you ir pra escola ou não?
018	Laís	↑IA E AINDA IA eu catava <u>latinha papelão</u> é:: lá no Paraná existe <u>osso</u> né? aqui não
019		existe mais mas lá a gente vende <u>osso</u> né? <u>vixe</u> filho eu vim de uma infância bem <u>triste</u>

(2)

001	Laís	ó:: eu vim do <u>nada</u>
002	Fábio	hummm
003	Laís	com três filhos eu tô construindo minha casa própria
004	Fábio	<u>SOZINHA</u>
005	Laís	<u>SOZINHA</u> graças a Deus eu trabalho lá no <u>haras</u>
006	Fábio	ãmm
007	Laís	sempre cuidei de idosos tanto que a dona <u>Cidinha</u> fui eu quem <u>cuidei</u> a mãe do <u>Nino</u> foi eu
008		quem <u>cuidei</u> a Dona <u>Matilde</u> fui eu quem <u>cuidei</u> Seu Antoninho é:: seu Antoninho fui eu
009		que cuidei e ↑hoje eu tô construindo a minha casa <u>própria</u> tem dois <u>quartos</u> dois <u>banheiros</u>
010		um quarto com <u>suíte sala cozinha</u> tá <u>coberta</u> já com <u>contrapiso</u> tenha tudo <u>novinha</u> o
011		maderamento <u>novu</u> , já coloquei as <u>portas venezianas</u> graças a <u>Deus</u>
012	Fábio	↑SEM APOIO DE NINGUÉM?
013	Laís	sem apoio DE NINGUÉM graças ao meu bom Deus por isso que eu te falo eu me sinto
014		hoje não <u>rica</u> mas MAIS DO QUE RICA eu me sinto MILIONÁRIA do que quando eu
015		vim lá da minha infância da <u>favela</u> e hoje eu consegui tudo graças a Deus
016	Fábio	tem que saber que you venceu
017	Laís	<u>venci</u> e uma grande <u>vitória</u>
018	Fábio	isso é certo pra you? you consegue enxergar isso?
019	Laís	eu consigo enxergar isso
020	Fábio	que you é uma mulher que [conseguiu ]
021	Laís	[↑EU ME ACHO] EU MESMA ME ACHO >não posso me
022		sentir convencida< mas eu me acho <u>guerreira</u> guerreira ((risos))
023	Fábio	sem dúvidas né? ((risos))
024	Laís	<u>eu me acho</u> graças a Deus

<sup>4</sup> Todos os eventos comunicativos foram transcritos de acordo com o modelo de transcrição elaborado por Loder (2008).

Nas narrativas em questão, no que tange à construção dos significados acionais e identificacionais, as “avaliações” estão baseadas em apreciações de composição (Cf. MARTIN e WHITE, 2005) (*rica, milionária*), que associadas a julgamentos positivos de estima social, assentados tanto no que Martin e White (2005) denominam “tenacidade” - o grau de resolução ou perseverança – quanto “capacidade” – o grau de competência (*eu consegui tudo graças a Deus, eu venci é uma grande vitória, eu me acho eu mesma me acho - não posso me sentir convencida - mas eu me acho guerreira*) indicam que a entrevistada reivindica, para si, subliminarmente no plano da construção do significado “identificacional”, uma identidade associada não à feminilidade ideal, mas à masculinidade hegemônica: o *self-made-man* (cf. BRUNELLI, 2016). Trata-se não só de uma mulher que se apresenta como “provedora” e “chefe-de-família”, mas de uma pessoa de sucesso que conquistou suas vitórias acreditando no seu próprio potencial. Essa imagem contrasta com outra, associada ao perfil contrário: “o trabalhador frustrado, inseguro, lamentador, sem metas, que culpa o mundo e as coisas que estão ao seu redor pelo próprio fracasso” (BRUNELLI, 2016, p. 35).

Esses aspectos são configurados pela sequência de orações narrativas (cf. LABOV, 1972) “*eu vim de uma infância muito pobre [...] hoje aqui eu sou rica (em (1)); quando eu vim lá da minha infância da favela e hoje eu consegui tudo (em (2))*).

Paralelamente, nas entrevistas sob análise, observa-se ainda a construção, no plano da “prática social”, de um discurso meritocrático, demarcado pela procura de neutralização dos estigmas de classe, cor e gênero. Por meio desse discurso, as buscam se diferenciar das demais mulheres negras e pobres que residem em seu bairro periférico e rejeitar os estereótipos associados a esse segmento. Nesse contexto, não é difícil concluir que o gerenciamento desses estereótipos colabora para a manutenção do *status quo*, auxiliando a promover a crença de um mundo justo: a “conquista e riqueza são para quem se esforça, [...] acredita no próprio potencial e arregaça as mangas. Já o fracasso, as frustrações, os [...] não são consequências de um mundo desigual, que não oferece oportunidades iguais a todos, mas fruto da falta de mérito, da falta de confiança [...]” (BRUNELLI, 2016, p. 35).

De forma análoga, a meritocracia, tal como se anuncia,

quer fazer-nos crer que o êxito depende do esforço e os talentos individuais, o que significa que a responsabilidade reside inteiramente no indivíduo e que a autoridade deveria outorgar às pessoas toda a liberdade possível para alcançar esta meta. [...] devemos ter êxito, “fazer” algo de nós mesmos, converter-nos em nosso melhor amigo e ganhar nosso próprio espaço. [...]. O “mérito” agora é nossa condição, nosso destino. Junto com o mercado da espiritualidade e da fé, a “meritocracia” constitui não somente a maior indústria da época, senão é também, e com maior exatidão, o novo imperativo moral: devemos a nós mesmos o “mérito” tanto como nos o devem os demais. Uma nova ordem moral baseada no “dever” de ser meritório, sempre e

quando “este fim” justifique “qualquer meio” (FERNANDEZ; FERNANDEZ, 2015, p. 8).

Características bastante semelhantes aos exemplos anteriores permeiam as narrativas em questão, indicando uma espécie de hegemonia no material analisado. Observe, a esse respeito, os exemplos (3) e (4), extraídos, respectivamente, de uma entrevista com informante de vinte e oito anos (exemplo (3)) e de outra entrevista, com informante de trinta e quatro anos (exemplo (4)), beneficiárias do “Bolsa Família”:

(3)

001	Michele	AHH hoje hoje nossa totalmente diferente né? hoje eu não não vejo nada disso ↑ <u>nem</u>
002		<u>uma pessoa julgou</u> cada um se você lutar por aquilo aquele objetivo que você tem
003		você [ <u>consegue</u> ]
005	Fábio	[certo certo]
006	Michele	esse curso mesmo que eu comecei a <u>fazer</u> eu achava assim eu falei- tava falando até
007		pro meu esposo “nossa eu tô me sentindo assim que eu achava que assim não era
008		capaz pra abrir a mente pra mais <u>coisas</u> tipo <u>administração</u> ” e eu tava gostando tanto
009		que eu tava conseguindo fazer e algo que:: eu tinha parado de estudar [e:: ]
011		eu me senti muito feliz ↑ <u>senti</u> que eu CONSIGO senti CAPAZ de novo que eu sei
012		que eu posso achava que eu não podia você achava que aquele lá é inteligente mas
013		você não é e eu pude ver que não é é a GENTE querer se esforçar por aquilo que
014		você quer
015		
016	Fábio	ótimo
017	Michele	ai é outra visão

(4)

001	Fernanda	então desde a minha infância né? não foi uma infância fácil porque comecei a
002		trabalhar muito cedo é... meu pai alcóolatra muita briga dentro de casa muita briga
003		ai houve a separação ai aos quatorze anos fui morar com meu pai ai logo comecei a
004		ter amizade que <u>beija</u> saía pra <u>balada</u> ai fiquei <u>grávida</u> com quinze anos não tive
005		infância não tive é:: juvenTUde nada disso. E continuei trabalhando né? achei que ia
006		ter uma vida melhor depois do casamento mas não foi nada fácil porque eu tinha um
007		marido que me batia [inaudível]
008	Fábio	[você era ] [agredida]
009	Fernanda	[uhumm ] muita agressão eu
010		ainda de menor achava que dependia dele pra tudo né? mas ai com o passar do tempo
011		eu fui aprendendo a viVER fui criando coRagem decidi denunciÁ-lo foi pre::so ai (.)
012		e com o passar do tempo fui morar sozinha com meus filhos trabalhei sempre até hoje
013		<u>trabalho</u> não moro com meu espo::so que é pai dos meus filhos e graças a Deus eu
014		venci na VIda
015		
016	Fábio	Uummm
017	Fernanda	E ainda continuo lutando faço faxina sou faxineira com orgulho e agora consegui uma
018		profissão de manicure faço minhas unhas de final de semana feria::dos e:: graças a
019		deus meus filhos <u>estudam</u> têm uma boa educação que eu conseGUI né? passar pra
020		eles uma boa educação e eu sempre falo que eu não quero tratar meus filhos do jeito
021		que eu fui criada
022		

023	Fábio	e como você foi criada?
024	Fernanda	era muita violência dentro de casa. minha mãe sempre me bati::a não tinha diálogo com minha mã::e não tive uma mãe amiga por isso que eu engravidei ce::do então achava que era mais fácil ir morar com um rapaz mesmo sem gostar dele do que ficar dentro da casa da minha mãe aguentando humilhação
025		
026		
027		
028		
029	Fábio	E assim que você –você fugiu?
030	Fernanda	fugi fui morar com o rapaz aí eu descobri que eu tava grávida com quinze anos dezesseis anos eu já tava morando na minha casinha com o pai dos meus filhos e sofrendo agressões ↑aí TUdo o que aconteceu com minha mãe também de:::-dela apanhar aconteceu comigo aí eu ficava pensando será que é normal né? tudo o que a minha mãe viveu eu viver? aí eu pus um BAsta falei não eu não vou ficar pro resto da vida desse jeito . eu posso vencer
031		
032		
033		
034		
035		
036		
037	Fábio	e você?
038	Fernanda	venci

Cumpra destacar que os recursos avaliativos, inscritos no plano da construção dos significados identificacionais e acionais – e portanto associados à metafunção interpessoal de Halliday (1985) – instanciam, no plano da prática social, ainda mais aspectos morais e ideológicos. Trata-se de julgamentos de estima social ligados à capacidade (“*senti que eu consigo senti capaz de novo, que eu sei que eu posso*” (em (3)); “*com o passar do tempo eu fui aprendendo a viver fui criando coragem*”; “*uma boa educação que eu consegui né? passar pra eles uma boa educação*” (em (4)) e à tenacidade (“*é a gente querer se esforçar por aquilo que você quer*” (em (3)); “*graças a Deus eu venci na vida*”; *venci*” (em (4)) das entrevistadas, que ressaltados por uma sequência de “ações complicadoras” (“*eu tinha parado de estudar*” (em 3)); “*comecei a trabalhar muito cedo*”; “*aí houve a separação*”; “*fiquei grávida com quinze anos*”; “*achei que ia ter uma vida melhor depois do casamento mas não foi nada fácil porque eu tinha um marido que me batia*”<sup>5</sup>) permitem observar que elas reivindicam, para si, mais uma vez, a identidade de mulheres “guerreiras”, que “venceram” por seu próprio mérito.

Se essas identidades atravessam, no mais das vezes, as questões de gênero, ao se associarem à masculinidade hegemônica (“provedoras” e “chefe-de-família”), devemos destacar que a ideologia meritocrática perpassa, inevitavelmente, outro atravessamento sob análise neste trabalho: a classe social.

Considerando-se a associação estabelecida por Linde (1997) entre avaliação e dimensão moral da narrativa, os trechos em destaque acenam para o que Sarti (2011) denomina “moral dos pobres”. Nesse universo, de acordo com Sarti, o esforço do trabalho emerge como um valor moral, através do qual o pobre dá o que tem: a disposição de trabalhar.

<sup>5</sup> Embora os excertos em análise apresentem um material muito rico para a análise de aspectos ligados às relações entre gênero e violência, nos ateremos, em função dos limites aos quais este trabalho está submetido, à análise das relações entre gênero, classe social e meritocracia.

Para a autora, os pobres

definem-se como pobres e trabalhadores, sendo essas duas categorias igualmente importantes para sua localização no universo social. [...] É através do trabalho, então, que demonstram não serem pobres: através da sua honestidade, sua disposição de vencer, tornam-se, por esses atributos, iguais a eles (os ricos). Vencer aqui não significa ascender socialmente, mas se firmar pelo valor positivo do trabalho. Ao lado da negatividade contida na noção de ser pobre, a noção de ser trabalhador dá ao pobre uma dimensão positiva, inscrita no significado moral atribuído ao trabalho, a partir de uma concepção da ordem do mundo social que requalifica as relações de trabalho sob o capital. [...] O valor moral atribuído ao trabalho compensa as desigualdades socialmente dadas, na medida em que é construído dentro de outro referencial simbólico, diferente daquele que o desqualifica socialmente (SARTI, 2011, p. 88-89).

É nesse contexto que podemos entender trechos das narrativas sob análise: “sempre batalhei sempre sempre criei os três sozinha né? Pago aluguel energia” (em (1)); “*eu vim do nada, com três filhos eu tô construindo minha casa própria*”; “*sozinha graças a Deus eu trabalho lá no haras*”; “*sempre cuidei de idosos*”; “*sem apoio de ninguém*” (em (2)); “*comecei a trabalhar muito cedo*”; “*e continuei trabalhando, né? trabalhei sempre até hoje trabalho não moro com meu esposo que é pai dos meus filhos*”; “*e ainda continuo lutando faço faxina sou faxineira com orgulho e agora consegui uma profissão de manicure*” (em (4)).

De acordo com Sarti (2011), o trabalho para sustentar os filhos redime a mulher “mãe solteira”, que se torna provedora. Subordinado à maternidade, o trabalho torna-se, então, “um aspecto capaz de conferir à mulher a mesma autonomia moral que é reconhecida no homem/trabalhador/provedor” (p. 76). Na ausência da figura masculina, a mulher tem a “disposição para aceitar qualquer batente [...], porque o significado de seu trabalho remunerado é mediado pelo seu papel de mãe e dona-de-casa, para suprir o que sabe que está faltando” (p. 102).

De modo simultâneo às novas representações de gênero destacadas nesta pesquisa, concorrem modelos bastante próximos a uma feminilidade ideal – mulher como “boa mãe”, “boa dona-de casa”. Nesse sentido, podemos afirmar a existência de modelos tradicionais de gênero coexistindo com novas representações:

(5)

001	Fábio	se você fosse falar assim quem é a Luzia?
002	Luzia	quem é a Luzia agora? uma mãezona
003	Fábio	umm
004	Luzia	uma esposa que ama o marido que é <u>amada</u> . entendeu?
005		uma esposa que tem prazer de cuidar da sua casa de
006		fazer:: colocar uma mesa bonita pra esperar o seu
007		esposo fazer as coisas que ele <u>gosta</u> as coisas que a
008		minha filha <u>gosta</u> eu tenho prazer em ficar na minha
009		casa eu amo este bairro

Vale destacar que, em (5), ao invés da forte recorrência dos julgamentos de estima social – muito presentes nos exemplos anteriores, em que as informantes reivindicavam para si o “*self-made-man*” – o significado identificacional é construído, sobretudo, no plano da prática textual, a partir da categoria do “afeto”, propriamente de “satisfação” (Cf. MARTIN; WHITE, 2005), bastante próximo, portanto, dos valores que se articulam em torno da imagem de mulher ideal e “boa mãe” (*uma esposa que ama o marido que é amada entendeu? Uma esposa que tem prazer de cuidar da sua casa. Fazer as coisas que ele gosta as coisas que a minha filha gosta. Eu tenho prazer em ficar na minha casa eu amo este bairro*), associados a uma “apreciação de qualidade” (*uma mesa bonita pra esperar o seu esposo*).

Na verdade, a família se apresenta como a referência simbólica fundamental para os pobres, a partir da qual atribuem significado ao mundo social, dentro e fora de casa. Nesse contexto, os projetos de melhorar de vida são formulados enquanto projetos familiares. De uma maneira bastante próxima à feminilidade ideal – mulher como “boa mãe”, “boa dona-de-casa” – o casamento se torna o projeto inicial de construção da família, a partir do qual são formulados os projetos de melhorar de vida, ancorado numa complementaridade entre homem e mulher.

De acordo com Sarti (2011), ao realizar o casamento, “a mulher deposita no homem/marido suas expectativas de ter alguma coisa na vida, e interpõe entre ela e o mundo a figura masculina” (p. 83). Essa instanciação de uma moral própria às classes populares, profundamente associada à questão de gênero, também emerge em momentos da avaliação das narrativas em análise, ratificando a associação entre “avaliação narrativa” e “significados morais” estabelecida por Linde (1997). É nesse contexto que se inscreve o excerto *achei que ia ter uma vida melhor depois do casamento mas não foi nada fácil porque eu tinha um marido que me batia* (exemplo (4)) e o trecho a seguir:

(6)

001	Fábio	>então quero saber a tua história< ↑quem É a Michele?
002	Michele	ahh Michele foi uma <u>menina</u> criada na família simples <u>humilde</u> , né? que:: já com::
003		quinze ANOS já quis:: conhecer bendizer a vida >achar que conhece a vida< né? . é::
004		nós temos na minha vida:: pai al- nasci cresci em meio de pai alcólatra né? uma
005		situação um <u>conflito</u> quando acontecia de <u>beber</u> , ver batendo na minha <u>mãe</u> tudo::
006		<u>sofrimento</u> , roça chegamos pegando um período de roça ainda trabalhar em <u>café</u> , e até

007		quando já completei os 15 <u>anos</u> aí já:: começou a vir o interesse de querer <u>namorar</u> já <u>namorei</u>
008	Fábio	umm
009	Michele	já <u>amigui</u> com 16 anos já engravidei e tive já o primeiro filho que é o Felipe
010	Fábio	com dezesseis anos °certo°
011	Michele	já tive meu primeiro filho
012	Fábio	ahh
013	Michele	e:: no <u>namoro</u> foi aquela ilusão né? que é tu- que é:: a gente imagina um:: mar de
014		ROSAS né? achando que é tudo <u>perfeito</u> e aí começou aparecer as coisas, meu
015		namorado depois foi esposo né? <u>amigado</u> era alcólatra <u>também</u> , aí depois piorou
016		quando a gente amigou descobri que ele era usuário de <u>droga</u>

De forma análoga ao exemplo (5), a construção textual desses significados – atinentes à instanciação ideológica de uma feminilidade tradicional – não está alicerçada nos julgamentos, tal qual observado nas narrativas em que as informantes reivindicam para si uma imagem próxima à masculinidade hegemônica. Na verdade, observamos a recorrência de “apreciações de qualidade” (*achei que ia ter uma vida melhor; A gente imagina um mar de rosas né? Achando que é tudo perfeito*). Se, por um lado, essas ocorrências ratificam a posição, sustentada por Martin e White (2005), de acordo com a qual formas relativas a “apreciações” tendem a realizar, simultaneamente, instâncias de “afeto”, esse aspecto indica ainda, senão sobretudo, que o plano da prática social orienta as opções léxico-gramáticas do locutor no âmbito da prática textual e, portanto, que os recursos interpessoais em geral e os recursos avaliativos em particular são determinados pelas diversas instanciações morais e ideológicas que circunscrevem o enunciador, tais quais pudemos observar no decorrer da análise dos dados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo de pontos de convergência observados a priori entre a Análise da Narrativa, situada no contexto da proposta Socioconstrucionista para a Linguística Aplicada brasileira contemporânea, e a ACD, fundamentalmente o compromisso social e político que ecoa em ambas as vertentes teóricas, propusemos estabelecer e explorar, neste artigo, pontos de contato teóricos e metodológicos entre ambas as vertentes. Para tal, assumimos como pressuposto teórico o Modelo de Análise Tridimensional proposto por Fairclough (1992, 2001a, 2003) à ACD e algumas propostas ditas “não canônicas” de narrativa, em especial aquela apresentada por Linde (1993, 1997).

Nesse contexto, a “avaliação” tornou-se, indubitavelmente, o principal viés a alinhar ambas as vertentes. Se, para a Análise da Narrativa, é durante a avaliação que o enunciador encontra espaço para comentar aspectos do que foi narrado, deixando entrever suas crenças, valores, afiliações,

posicionamentos na hierarquia social, qualificações e, assim, construir sua identidade, em uma perspectiva que reforça a associação entre avaliação e dimensão moral da narrativa (cf. BASTOS, 2005; LINDE, 1997), para o Modelo Tridimensional é também através da análise dos recursos avaliativos, inscritos no âmbito da constituição dos significados *identificacionais* e *acionais*, que se podem observar as maneiras pelas quais os enunciadores tanto atribuem determinadas identidades sociais a si mesmo e aos atores designados em seu texto quanto expressam seus posicionamentos e julgamentos, associados a determinadas ideologias e consensos hegemônicos estabelecidos socialmente.

Com a análise dos dados foi possível constatar o forte e indiscutível imbricamento entre os atravessamentos “gênero” e “classe social”, ratificando a necessidade teórica apontada pelas teorias interseccionais de gênero (cf. COLLINS; BILGE, 2016; FREITAS, 2002) de se compreender o sujeito social sempre constituído pelos atravessamentos mencionados, como traços performativos imbricados, por meio dos quais os mesmos constroem suas identidades sociais e atribuem sentidos ao mundo ao seu redor.

Nas avaliações das narrativas analisadas, foi possível observar como as identidades localmente instituídas relacionam-se com discursos especializados ou de senso-comum que circulam na sociedade, bem como as maneiras pelas quais as narradoras se dissociaram de determinados estereótipos sociais, a partir de determinadas recorrências, evitações e resistências. Foi nesse contexto que apontamos um forte alinhamento com consensos hegemônicos que circunscrevem a sociedade brasileira em geral e as classes populares em particular, em especial no que diz respeito à concepção da masculinidade enquanto modelo ideal e hegemônico, à atribuição de um valor moral ao esforço do trabalho, dentre outros.

No caso específico do atravessamento “gênero”, foi possível notar transformações nas experiências e visões de mundo consideradas específicas de homens e mulheres, concorrendo com modelos mais tradicionais. Nesse sentido, papéis considerados exclusivamente masculinos – como “provedor” e “chefe de família” – estão sendo relativizados e reivindicados pelas informantes mulheres, mediante atributos que constroem suas identidades enquanto “mulheres fortes”, “corajosas”, “empreendedoras”, mais próximos à masculinidade hegemônica (o *self-made-man*) e mais distantes da feminilidade ideal.

Se essas identidades atravessam as questões de gênero, ao se associarem à masculinidade hegemônica (“provedoras” e “chefe-de-família”), observamos nesses excertos uma intersecção com o atravessamento “classe social”, através da consolidação de uma moral característica das classes populares, caracterizada por conferir ao trabalho um valor moral, profundamente associada a uma ideologia meritocrática em uníssono, a qual tem se apresentando, possivelmente, como um novo

consenso hegemônico. Demarcada pela tentativa de neutralização dos estigmas de classe e gênero, a ideologia meritocrática tornou-se uma ferramenta para as informantes se diferenciarem das demais mulheres negras e pobres que residem em seu bairro periférico, e assim construírem para si uma imagem positiva e se distanciarem desse grupo estereotipado.

Por outro lado, a meritocracia, tal qual se apresenta, não passa de um pretexto ideológico para as desigualdades sociais. Por meio dela, ofusca-se a percepção do eventual crescimento da desigualdade, a necessidade de se expor e combater suas causas e origens, de ponderar suas consequências e, ainda, aponta para a existência, possível e justa, de uma suposta “desigualdade merecida” (cf. FERNANDEZ; FERNANDEZ, 2015, p. 4).

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. V. **Senhores de si**: uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim do Século, 1995.
- BASTOS, L. C. Contando estórias em contextos espontâneos e institucionais – uma introdução ao estudo da narrativa. **Calidoscópico**, São Leopoldo, v. 3, n. 2, p. 74-87, 2005.
- BASTOS, L. C.; BIAR, L. A. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. **DELTA**, São Paulo, v. 31, n. especial, p. 97-126, 2015.
- BIAR, L. “**Realmente as autoridades veio a me transformar nisso**”: narrativas de adesão ao tráfico e a construção discursiva do desvio. 2012. 246 p. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2012.
- BRUNELLI, A. F. Estereótipos e Desigualdades Sociais: contribuições da Psicologia Social à Análise do Discurso. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 58, n. 1, p. 25-43, 2016.
- COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Intersectionality**. Cambridge: Polity Press, 2016.
- FAIRCLOUGH, N. **Discourse and social change**. Cambridge: Polity Press, 1992.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Tradução Izabel Magalhães. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001a.
- FAIRCLOUGH, N. A Análise Crítica do Discurso e a mercantilização do discurso público: as universidades. *In*: MAGALHÃES, C. (org.) **Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso**. Belo Horizonte: FALE-UFMG, 2001b, p. 31- 81.
- FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse**: textual analysis for social research. Londres: Routledge, 2003.
- FERNANDEZ, A.; FERNANDEZ, A. Meritocracia e desigualdade. **Derecho y cambio social**, Cajamarca, n. 42, p. 1-15, 2015.

FREITAS, M. A. A masculinidade hegemônica na cultura brasileira. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, n. 1, v. 20, p. 28-41, 2002.

HALLIDAY, M. A. K. **Introduction to functional grammar**. Londres: Edward Arnold, 1985.

KIMMEL, M. A produção simultânea da masculinidade hegemônica e subalterna. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 9, n. 4, p. 103-118, 1998.

LABOV, W. **Language in the inner city**: studies in the Black English Vernacular. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, W.; WALETZKY, J. Narrative Analysis: oral versions of personal experience. *In*: HELM, J. **Essays on the verbal and visual arts**. Seattle: University of Washington Press, 1967, p. 12-44.

LINDE, C. **Life stories**. The creation of the coherence. Nova York: Oxford University Press, 1993.

LINDE, C. Evaluation as linguistic structure and social practice. *In*: GUNNARSSON, B. L.; LINELL, P.; NORDBERG, B. (Orgs.) **The construction of professional discourse**. Londres: Longman, 1997 p. 151-172.

LODER, L. L. O modelo de Jefferson de transcrição: convenções e debates. *In*: LODER, L. L.; JUNG, N. M. (org.) **Fala em interação social**: introdução à Análise da Conversa Etnometodológica. Campinas: Mercado de Letras, 2008, p. 127-160.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. **The language of evaluation**: appraisal in English. Nova York/Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005.

MISHLER, E.G. Narrativa e identidade: a mão dupla do tempo. *In*: MOITA LOPES, L. P.; BASTOS, L. C. (org.) **Identidades**: recortes multi e interdisciplinares. Campinas: Mercado das Letras, 2002, p. 97- 119.

MOITA LOPES, L. P. Práticas narrativas como espaço de construção das identidades sociais: uma abordagem socioconstrucionista. *In*: RIBEIRO, B. T.; LIMA, C. C.; DANTAS, M. T. L. (org.) **Narrativa, identidade e clínica**. Rio de Janeiro: Ipub, 2001, p. 55-71.

MOITA LOPES, L. P. (org.) **Discursos de identidades**. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

MOITA LOPES, L. P. Linguística Aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. *In*: MOITA LOPES, L. P. **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006, p. 85-107.

NÓBREGA, A. N. A. **Narrativas e avaliação no processo de construção do conhecimento pedagógico**: abordagem sociocultural e sociossemiótica. 2009. 244 p. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. **Sociolinguística interacional**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

RIESSMAN, C. K. **Narrative Methods for the Human Sciences**. Londres: Sage, 2008.

SARTI, C. A. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Cortez, 2011.

THOMPSON, J B. **The Media and Modernity**: A Social Theory of the Media. Cambridge: Polity Press, 1995.

VAN DIJK, T. A. Discurso, poder y cognición social. **Cuadernos**, Cali, año 2, n. 2, 1994.

WODAK, R. Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 4, n. especial, p. 223-243, 2004.